

ANEXO XXX

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO 2014

(Art. 5º, Inciso I, LRF)

R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | LDO 2014 | | ORÇAMENTO 2014 | | Variação % |
|-------------------------------------|--------------------|-----------------|--------------------|-----------------|------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | Valor Corrente (b) | Valor Constante | |
| Receita Total | 19.441.695 | 18.393.278 | 21.451.121 | 20.294.343 | 10,34 |
| Receitas Primárias (I) | 17.949.713 | 16.981.753 | 18.914.813 | 17.894.809 | 5,38 |
| Despesa Total | 19.441.695 | 18.393.278 | 21.451.121 | 20.294.343 | 10,34 |
| Despesas Primárias (II) | 18.853.123 | 17.836.446 | 20.892.822 | 19.766.152 | 10,82 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (903.410) | (854.693) | (1.978.010) | (1.871.343) | 118,95 |
| Resultado Nominal | 1.956.211 | 1.850.720 | 1.952.288 | 1.847.009 | (0,20) |
| Dívida Pública Consolidada | 6.464.490 | 6.115.884 | 7.467.323 | 7.064.639 | 15,51 |
| Dívida Consolidada Líquida | 4.003.071 | 3.787.200 | 5.005.904 | 4.735.954 | 25,05 |

cenário macroeconômico considerado:

| VARIÁVEIS | 2014 |
|--------------------------------|------|
| PIB real (crescimento % anual) | 3,50 |
| IPCA (% anual) | 5,70 |

ANEXO XXX
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014
COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO 2014 - MEMÓRIA DE CÁLCULO
(Art. 5º, Inciso I, LRF)

R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | LDO 2014 | | ORÇAMENTO 2014 | |
|---|-------------------|-------------------------|--------------------|----------------------------|
| | PIB (P1) | 1,0350 | PIB (P2) | 1,0350 |
| | IPCA (I1) | 1,0570 | IPCA (I2) | 1,0570 |
| | PROJEÇÃO | | PROJEÇÃO | |
| | corrente (A) | constante (B) = A/I1 | corrente (C) | constante (D) = C/I1/I2 |
| I - RECEITAS FISCAIS | | | | |
| I.1 - Receitas Correntes + Capital (C) | 19.441.695 | 18.393.278 | 21.451.121 | 20.294.343 |
| I.1.1 - Receitas de Origem Tributária | 12.007.861 | 11.360.322 | 13.464.903 | 12.738.791 |
| I.1.1.1 - Receita Tributária ⁽¹⁾ | 11.633.796 | 11.006.430 | 13.033.085 | 12.330.260 |
| I.1.1.2 - Outras Receitas de Origem Tributária ⁽¹⁾ | 374.064 | 353.892 | 431.818 | 408.532 |
| I.1.2 - Transferências da União ⁽²⁾ | - | - | - | - |
| I.1.3 - Demais Receitas ⁽³⁾ | 7.433.835 | 7.032.956 | 7.986.218 | 7.555.552 |
| I.2 - Deduções (Receitas Financeiras) | 1.491.982 | 1.411.525 | 2.536.308 | 2.399.534 |
| I.2.1 - Aplicações Financeiras ⁽⁴⁾ | 152.579 | 144.351 | 150.412 | 142.301 |
| I.2.2 - Operações de Crédito ⁽⁵⁾ | 1.312.714 | 1.241.924 | 2.205.471 | 2.086.538 |
| I.2.3 - Alienação de Bens | 17.411 | 16.472 | 150.719 | 142.592 |
| I.2.4 - Amortizações | 9.278 | 8.778 | 29.706 | 28.104 |
| Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A) | 17.949.713 | 16.981.753 | 18.914.813 | 17.894.809 |
| II - DESPESAS FISCAIS | | | | |
| II.1 - Despesas Correntes + Capital (D) | 19.441.695 | 18.393.278 | 21.451.121 | 20.294.343 |
| II.1.1 - Pessoal e encargos ⁽⁶⁾ | 10.054.730 | 9.512.517 | 10.016.769 | 9.476.602 |
| II.1.2 - Demais Despesas ⁽³⁾ | 9.386.965 | 8.880.762 | 11.434.352 | 10.817.741 |
| II.2 - Deduções (Despesas Financeiras) | 588.572 | 556.833 | 558.298 | 528.191 |
| II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida ⁽⁵⁾ | 256.717 | 242.873 | 150.967 | 142.826 |
| II.2.2 - Amortização da Dívida ⁽⁵⁾ | 213.801 | 202.272 | 177.925 | 168.330 |
| II.2.3 - Concessão de Empréstimos | 118.054 | 111.688 | 229.406 | 217.035 |
| II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integr. | - | - | - | - |
| Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B) | 18.853.123 | 17.836.446 | 20.892.822 | 19.766.152 |
| III - RESULTADO PRIMÁRIO (A- B) | (903.410) | (854.693) | (1.978.010) | (1.871.343) |
| IV - RESULTADO NOMINAL | 1.956.211 | 1.850.720 | 1.952.288 | 1.847.009 |
| V - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA ⁽⁵⁾ | 6.464.490 | 6.115.884 | 7.467.323 | 7.064.639 |
| VI - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ⁽⁵⁾ | 4.003.071 | 3.787.200 | 5.005.904 | 4.735.954 |

NOTAS:

(1) As estimativas das Receitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de 2014 à 2016, valores correntes, foram informados pela Secretaria de Estado de Fazenda.

(2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002 os recursos destinados a atender as áreas de segurança, saúde e educação são gerenciados diretamente pela Esfera Federal, motivo pelo qual não consta do sistema contábil do Distrito Federal.

(3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram alocados nas demais despesas (item II.1.2).

(4) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das receitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.

(5) Os valores das Operações de Crédito e da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, em valores correntes, foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.

(6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a 2014, foram obtidas a partir de estimativa, tendo por base o valor realizado de 2012, acrescidas de crescimento vegetativo de 3,6% e também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajustes e nomeações decorrentes de concurso público, constantes de anexo a esta Lei. Para 2015 e 2016, foram acrescidos os reajustes autorizados e o crescimento vegetativo. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela CLDF e TCDF, acrescidas das projeções para sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores.

Observações:

1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha" que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final de determinado ano em relação ao apurado no final do ano anterior.

2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do Banco Central do Brasil, na data de referência 26/04/2013.

4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e são apenas indicativas.